

## A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Beatriz Cinthia da Silva (1); Elihab Pereira Gomes (2); Orientador (a): Eurandizia Maia da Silva (3).

*Universidade Potiguar – UNP. [callcenter@unp.br](mailto:callcenter@unp.br).*

### 1. INTRODUÇÃO

A Psicologia passa por transformações e aprimoramentos nas suas práticas desde seu firmamento enquanto profissão. Iniciando como uma matéria nas universidades, hoje seu espaço se tornou diverso e abrangente, como na clínica tradicional, serviços públicos e sociais, no esporte, nas organizações, na área jurídica, hospitalar e educacional. Abordaremos esta última, destacando que nosso trabalho voltar-se-á a Psicologia Escolar e Educacional, que está formando um elo de suma importância na qualidade de ensino e inclusão de pessoas com deficiência na educação brasileira.

O psicólogo escolar e educacional dedica-se ao ensino e à pesquisa, tendo concepções teóricas e metodológicas que norteia a prática do mesmo para se ter uma visão embasada no campo escolar e uma compreensão coerente e subjetiva das pessoas que compõe este cenário. Sua atuação é interdisciplinar, na qual tem objetivo de orientar à prevenção e a promoção nos processos de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento humano, na inclusão de pessoas com deficiência, na educação, na avaliação psicológica, nas políticas públicas, na formação continuada de professores, dentre outros.

No processo de inclusão, o psicólogo deve ter um olhar abrangente, vendo o aluno não somente por suas limitações, mas também através do contexto social, biológico e psíquico, considerando-o um ser dotado de potencialidade. Esse processo nas escolas é fundamental, principalmente pelo princípio de valorização para com essas crianças em que a partir da integração na sociedade, havendo a participação de atividades educacionais com o apoio da instituição, da equipe multidisciplinar, dos professores, da família e sociedade, contribua assim, com seu desenvolvimento de qualidade.

Dessa forma, o tema abordado foi escolhido por se acreditar na importância de sua discussão visando o lugar do profissional da psicologia e seu lugar na promoção da educação inclusiva, como promissora de um desenvolvimento de qualidade.

Assim, o resumo exposto se constitui em: breve histórico da psicologia educacional e escolar no Brasil e a atuação do psicólogo escolar no processo de educação inclusiva.

### 2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos traçados, o presente resumo expandido consiste em uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos publicados a partir dos anos de 2008 à 2016, em periódicos da área referentes ao tema do trabalho, sendo estes: Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas, (ANTUNES, M.A. M. 2008). Contribuições da atuação do Psicólogo Escolar na educação inclusiva: Concepções De Professores E Diretores, (ANA, I.S. 2011). Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão, (BARBOSA, D.R. SOUZA, M.P. R. de. 2012). Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional, (KASSAR, M de C.M. 2011). O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências, (RAMOS et all. 2016). Psicologia escolar: que fazer é esse? (VIANA, M.N. 2016).

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações que são de acordo com a pesquisa escolhida. Ela é fundamental para o desenvolvimento e embasamento teórico científico do trabalho, em que influencia todas as etapas da construção da pesquisa. (AMARAL, 2007). A pesquisa bibliográfica tem o objetivo de apoiar a redação de um projeto, artigo, resumo ou relatório, enriquecendo-os através de fontes científicas e diversas referências bibliográficas. (CAETANO E TRAINA, 2009).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL E ESCOLAR NO BRASIL.**

A Psicologia Educacional e Escolar foi um dos primeiros marcos da psicologia no Brasil, no qual contribuiu para seu processo de autonomização. No período colonial, foram encontrados indícios de pesquisas psicológicas que eram aplicadas em distintas áreas, dentre elas na educação dos indígenas e pessoas que eram recém-chegadas no Brasil. O principal objetivo era a educação de crianças com propósito de “domá-las” e “moldá-las”. Cartas, obras, documentos históricos da própria colonização traziam temas como família, desenvolvimento e aprendizagem infantis, papel dos jogos na educação e dentre outros assuntos que, futuramente seriam objetos de estudo e aplicação da psicologia no âmbito educacional. (BARBOSA E SOUZA, 2012).

No século XIX, ideias que eram de origem à psicologia articulada com a educação, foram referências a outras áreas de conhecimento, como a pedagogia e as escolas normais; no qual, foram espaços de debates e discussões acerca da criança e seu processo de aprendizagem e educação. No início do século XX mudanças na sociedade brasileira foram nítidas, onde aconteceram o fortalecimento do pensamento liberal, busca da “modernidade” e luta contra a hegemonia do modelo agrário-exportador, em relação ao processo de industrialização. (ANTUNES, 2008).

Todas essas mudanças de pensamentos trouxeram um novo projeto de sociedade, no qual responsabilizou aos homens por sua educação e formação. Com isso, o debate sobre a educação tomou propriedade após a defesa e o direito da escolaridade para a massa da população brasileira, envolvendo uma maior sistematização das ideias pedagógicas referente ao aumento das influências da Escola Nova. No qual, as escolas normais tornaram-se a ser o centro das novas ideias com formação de professores. Em decorrência do contexto, a psicologia educacional conquista sua autonomia como área específica de conhecimento do país; tendo a emergência dos campos de atuação, como à clínica e organização do trabalho. (ANTUNES, 2008).

A psicologia educacional e escolar no Brasil, tinha significados e posições distintas, no qual a psicologia educacional, era uma subárea de conhecimento que produziria pesquisas e saberes para a formação, e a psicologia escolar era a atuação profissional, sendo fundamentada pelos conhecimentos obtidos na psicologia educacional e dentre outras subáreas. (BARBOSA E SOUZA, 2012). Essa diferenciação não foi muito aceita recentemente pois, foi visto que, ambas são indissociáveis no desenvolvimento educacional.

A atuação do psicólogo era direcionada ao modelo clínico-terapêutico, onde o objetivo principal era focar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos através dos testes de QI (quociente de inteligência), diagnosticando-as e classificando-as como adequadas ou não ao ensino. A responsabilidade escolar frente às dificuldades de aprendizagens de alguns alunos também era negada, reforçando assim, a exclusão, os preconceitos e estigmas produzidos pela sociedade. Com isso, críticas foram surgindo a respeito da utilização dos testes utilizados

na época e suas interpretações, pois eram desconsideradas as condições extraescolares. A mudança quanto ao pensamento e atuação do psicólogo escolar foi de suma importância, passando a ver o aluno como um sujeito dotado de subjetividade em suas relações sociais, familiares e culturais se confirmando enquanto profissão, em 27 de agosto de 1962. Sendo regulamentada pela lei nº 4119. (ANTUNES, 2008).

A Psicologia Escolar atualmente, no Brasil, está se constituindo e se tornando uma área de suma importância para a qualidade de ensino. Seu modelo de atuação é interdisciplinar, trabalha com o olhar preventivo, buscando sempre compreender o contexto em que a instituição e as pessoas que utilizam o serviço educacional se encontram; contribui nos planejamentos de ensino, investigando e colaborando com às práticas pedagógicas; busca favorecer a inclusão de pessoas com deficiências; lida com questões éticas, inclusive nas políticas públicas; busca intervir e analisar a instituição como um todo, conscientizando os diferentes papéis dos grupos que compõe a mesma, dentre outras. Um de seus principais desafios é o de construir escolas democráticas e inclusivas. (VIANA, 2016).

### **3.2 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação para pessoas com deficiências no Brasil, teve características iniciais no qual eram propriamente dita como “exclusiva”, pois, o atendimento educacional era construído separadamente das pessoas “normais”. Desse modo, passou-se a existir um sistema paralelo de ensino. (KASSAR, 2011). A atuação do profissional de Psicologia contribuiu para essa diferenciação, difundida na ciência médico-pedagógica, em que utilizava os recursos de avaliação, teste de inteligência e diagnóstico para identificar os tipos de crianças e fazer ou não o encaminhamento para as classes especiais. (ANA, 2011). Após as críticas, em 1990 o Brasil participou da conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, o qual decorreu na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos; assegurando assim, a universalização do direito à educação. Esse movimento envolve as pessoas com deficiências. (KASSAR, 2011).

A criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), fez com que a educação inclusiva se configurasse ainda mais e tomasse propriedade de ensino regular do sistema escolar brasileiro. Nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, pelo casal Beatrice e George Bemis, diante as dificuldades que o Estado tinha de promover políticas públicas sociais que promovessem inclusão para com essas pessoas. Com a expansão da associação, tornou-se viável que a garantia da inclusão e os direitos das pessoas com deficiências fossem prioritárias pela sociedade civil, promovendo a atenção integral não somente na educação, mas na saúde, assistência social, cultura, dentre outras. (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 2016).

Apesar dos direitos e deveres de pessoas com deficiência terem sido renegados durante um bom tempo, hoje, podemos identificar um avanço significativo em favor aos seus direitos, graças as manifestações e grupos de apoio que visam a inserção dessas pessoas na sociedade. No âmbito educacional, o objetivo da educação inclusiva é de “acolher a todos sem exceção, especialmente os estudantes que têm algum tipo de deficiência ou até mesmo aqueles que são discriminados do convívio social.” (RAMOS *et al.* 2016, p.5).

Portanto, para o processo de inclusão é necessário haver mudanças na instituição escolar que viabilizem a estas pessoas o acesso a aprendizagem, respeitando suas limitações. Um dos desafios da proposta de inclusão é justamente a sensibilização e formação dos professores, da equipe multidisciplinar, das famílias e da própria sociedade a respeito das políticas públicas de inclusão. A falta de preparo e capacitação de alguns educadores podem

prejudicar no desenvolvimento dessas crianças, podendo até reforçar mecanismos de discriminação e exclusão. (ANA, 2011).

Por isso a importância do profissional da psicologia escolar no processo de educação inclusiva, pois ele oferece suporte não somente aos alunos, mas também aos professores por meio de investigações e capacitações que buscam dados relacionados à crianças com dificuldades e possíveis variáveis que interferem no processo de aprendizado; analisa o contexto extra escolar e suas relações interpessoais; desenvolve estratégias e planos de intervenções, viabilizando mecanismos de transformação, desenvolvimento e crescimento da instituição em si e para os alunos. (ANA, 2011).

#### 4. CONCLUSÃO

O papel do profissional da psicologia escolar vem crescendo e conquistando seu espaço a partir do reconhecimento da importância do mesmo no processo de desenvolvimento educacional. Seu caráter preventivo, assistencial e terapêutico frente às famílias, as instituições, a sociedade e aos alunos, se torna essencial no processo de educação inclusiva. A preparação e capacitação continuada do psicólogo também é fundamental para esse processo; pois, a partir disso ele dará um suporte mais humanizado e serviços de qualidade para estimular e compreender o aluno.

Visto que é necessário tanto o apoio familiar quanto a visibilidade do Governo para a educação inclusiva, fornecendo políticas públicas que através de investimentos, suporte aos profissionais, dentre outros, coloque em prática uma educação de qualidade. O trabalho da psicologia em parceria com outros profissionais e o apoio da sociedade frente a esse processo, torna o desenvolvimento da educação inclusiva de qualidade; quebrando preconceitos e estigmas acerca das crianças com deficiências.

#### 5. REFERÊNCIAS

- AMARAL, J.J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza- CE. 2007.
- ANA, I.S. **Contribuições da atuação do Psicólogo Escolar na educação inclusiva: Concepções De Professores E Diretores**. Sorocaba/SP. 1º abr. 2011.
- ANTUNES, M.A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas**. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.12 no.2 Campinas Dec. 2008.
- BARBOSA, D.R. SOUZA, M.P. R. de. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 163-173.
- CAETANO, T.J. TRAINA, A.J.M. Como fazer pesquisa bibliográfica. Volume 2 - Número 2 - Agosto 2009 | SBC HORIZONTES.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. APAEs' National Federation. Brasília – DF. 2016.
- KASSAR, M de C.M. **Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.
- RAMOS et all. O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências. Editora Realize, Brasil. 2016.
- VIANA, M.N. **Psicologia escolar: que fazer é esse?** In: Conselho Federal de Psicologia-Brasilia –CFP, 2016